



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.

José Eraldo Fernandes Mota

Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva

Professor monitor-orientador Evanilson Araújo Santos

Brasília (DF), Julho de 2014

José Eraldo Fernandes Mota

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA.**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Edileuza Fernandes da Silva e do Professor monitor-orientador Evanilson Araújo Santos.

TERMO DE APROVAÇÃO

José Eraldo Fernandes Mota

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Edileuza Fernandes da Silva - UnB/SEEDF
(Professora-orientadora)

Evanilson Araújo Santos – UnB/SEEDF
(Monitor-orientador)

Prof. Doutor Gilberto Paulino de Araujo - SEDF
(Examinador externo)

Brasília, --- de julho de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Deus que me agraciou em ser filho de Maria José Fernandes Mota, que além do dom da vida, em meio a todas as dificuldades me concebeu o direito a educação.

A todos que acreditam que ser professor não é uma profissão mais sim uma missão e exerce o seu trabalho com fé, esperança e principalmente amor.

A minha querida esposa Miraldina, que como uma excelente mãe, tem compreendido os momentos de ausência.

Aos meus filhos Abner (9 anos) e Asafe(6 anos) , pela compreensão.

A minha pequena princesa Sophia (1ano e 5 meses).

A todos que de forma direta ou indireta me ajudou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que por Amor enviou seu Filho amado Jesus Cristo para me dar Salvação, e compreensão da minha existência.

Agradeço a minhas irmãs Maria Helena e Maria de Fátima por me ajudarem nos momentos mais difíceis desse curso.

Ao Professor monitor Mestre Evanilsom Araújo Santos, pela sua dedicação respeito e profissionalismo, suas palavras de incentivos nos momentos mais difíceis e a professora tutora e Orientadora Doutora Edileuza Fernandes da Silva por nos proporcionar um tema tão desafiador.

Que o Deus todo poderoso criador dos céus e da Terra abençoe a todos com toda a sorte de bênçãos.

EPÍGRAFE

"Eu sou judeu, porém a figura luminosa do nazareno impressionou-me de modo profundo. Ninguém se expressou de maneira tão divina como Ele. De fato existe apenas um lugar no Mundo aonde não vemos escuridão. Trata-se da pessoa de Cristo. Nele, Deus mostrou-se a nós de forma mais clara." Albert Einstein – físico alemão

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a importância da inserção da Educação Ambiental na escola, uma vez que a discussão da questão ambiental pode contribuir com a construção de uma nova concepção de meio ambiente. Sabendo que a Educação Ambiental não deve ser inserida como uma disciplina nos currículos escolares a sua inclusão no projeto político pedagógico pode abrir caminho para construir uma concepção diferente de desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Para isso foi necessário investigar a concepção dos professores sobre o tema e a forma como o abordam em suas aulas e analisar o papel do gestor nesse processo. Com relação à metodologia utilizada foi feita uma pesquisa bibliográfica, consultando diversos autores. Foram aplicados questionários nas coordenações de acordo com a área de conhecimento.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Projeto Político Pedagógico, Gestão Escolar.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Problema de Pesquisa.....	13
Objetivo Geral 1.....	13
Objetivos Específicos.....	13
1.Referencial Teórico	14
2. Metodologia.....	26
3. Análise de dados.....	28
4.Considerações Finais.....	33
Referências bibliográficas.....	35
Apêndice 1.....	37

INTRODUÇÃO

Com este trabalho procurou-se demonstrar a importância de inserir educação ambiental no projeto político pedagógico da escola como um mecanismo para garantir direitos. Uma vez que uma das funções da escola é formar indivíduos capazes de exercer de forma plena seus direitos e deveres, ou seja, formar cidadãos. Para que a instituição alcance esse objetivo se faz necessária uma gestão responsável que envolva todos os segmentos da comunidade escolar. Sabe-se que a elaboração do projeto político pedagógico pode determinar a identidade da escola e a direção que ela vai seguir.

Como afirma Libâneo (1998, p.42):

O Projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

A concepção de desenvolvimento econômico, adotada pelo sistema capitalista pós Revolução Industrial, ocasionou uma crise ambiental global que exige de governos e sociedade civil ações concretas para diminuir os riscos dessa crise sobre a humanidade e os seres vivos do planeta.

A Educação Ambiental é uma ferramenta a ser usada para o enfrentamento desse problema, uma vez que através dela pode-se ter um conhecimento maior da necessidade de equilíbrio entre biosfera, atmosfera, hidrosfera e litosfera, esse equilíbrio é fundamental para a existência da vida no planeta.

A inserção da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola pode nortear ações que estimulem a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, a nível local valendo-se de estratégias democráticas.

Ao gestor caberá promover uma articulação harmônica entre os recursos humanos e materiais, elementos essenciais de que a escola necessita para alcançar sucesso no processo de inserção da Educação Ambiental no cotidiano da escola, e a partir de sua prática formar cidadãos autônomos, criativos, construtores e transformadores da sociedade. Como sugere Reigota (1998, p.12):

A educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza... procurando incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas... pois os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

A prática da educação ambiental como prevista em lei pode ser uma ferramenta para garantir direitos e mudar a concepção de nossa sociedade do que é desenvolvimento sustentável. As bases legais para a prática da educação ambiental no Brasil já foram construídas, existe a necessidade de desenvolver mecanismos para transformar essas leis em ações concretas, daí a importância de a escola entrar nesse processo.

O aprender viver em sociedade se dá pelo processo de socialização, é através desse processo que o indivíduo torna-se um ser social, assimilando à cultura, normas regras e crenças e comportamentos, do grupo social em que está inserido. Os dois principais agentes desse processo são a família e a escola. A escola é fundamental nesse processo de formação do pensamento do indivíduo, uma vez que é nela que é construído o processo de socialização secundário, onde o indivíduo é inserido em novos setores do mundo, o que contribui para que ele venha desempenhar novos papéis na sociedade ou dar continuidade àqueles já produzidos pelas gerações passadas. Daí a importância da educação para a construção de uma geração com uma nova forma de pensar. Segundo Tozoni-Reis (2008. P.46):

Refletir sobre a Educação Ambiental na escola exige, em primeiro lugar, que pensemos sobre a relação entre educação, escola e sociedade. Isso significa dizer que o processo educativo é um processo de formação humana, isto é, é um processo no qual os seres humanos – que nascem inacabados do ponto de vista de sua humanidade, de seu caráter humano – são produzidos, construídos, como humanos.

A prática da educação ambiental, principalmente nas escolas públicas, pode contribuir para garantia de direitos para a parcela da sociedade que hoje está à margem do sistema, pode também abrir caminho para formação de indivíduos conscientes na sua forma de consumir e se relacionar com meio ambiente. Para Trein(2008, p.41):

A educação ambiental, numa perspectiva crítica, precisa afiar seu instrumental de análise para compreender as consequências da exploração

predatória da natureza, desvendando como essas consequências impactam de forma diferenciada países e populações. A destruição do meio ambiente causa danos maiores às populações mais vulneráveis, pois a concentração de renda e poder permite à classe dominante impor à classe trabalhadora os maiores prejuízos que decorrem desta forma específica de organização material da vida social. Isto impacta de forma direta o padrão de qualidade de vida que é possível usufruir a partir da inserção de classe de cada sujeito. Uma educação transformadora precisa questionar se é possível preservar a natureza sem superar o modo de produção capitalista e as relações sociais que o configuram.

No Distrito Federal passou a valer a gestão democrática nas escolas públicas, a partir de 2012, garantida na Lei Nº 4.751/2012. Essa lei permite que a escola construa o seu projeto político pedagógico, de forma democrática com a participação da comunidade escolar que é constituída por professores, alunos, pais ou responsáveis e funcionários do administrativo. Daí um caminho aberto para que os gestores venham incluir em seus projetos a educação ambiental.

A inclusão da educação ambiental no projeto político pedagógico da escola torna-se uma necessidade, uma vez que a nova geração precisa construir uma concepção diferente de desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. A prática da Educação Ambiental nas atividades acadêmicas da escola abre a possibilidade de desenvolver uma compreensão crítica dos problemas ambientais na comunidade escolar e ao mesmo tempo pode contribuir com o desenvolvimento de atitudes que permitam a utilização sustentável dos recursos naturais.

A elaboração do presente trabalho visa demonstrar a importância da Educação Ambiental como um mecanismo a ser utilizado para combater esses problemas além de contribuir com a formação de cidadãos, uma vez que o trabalho com o tema Meio Ambiente proporciona experiências para uma prática social concreta.

Problema da Pesquisa:

Qual a importância da educação ambiental no projeto político pedagógico da escola?

Objetivo Geral

Demonstrar a relevância da Educação Ambiental está inserida no projeto político pedagógico da escola.

Objetivos Específicos

- Analisar a concepção dos professores sobre Educação Ambiental.
- Analisar o interesse dos professores pelo tema meio ambiente.
- Verificar o trabalho dos professores com Educação Ambiental e quais materiais didáticos utilizam para abordá-la em suas aulas.

1.REFERENCIAL TEÓRICO

O atual modelo econômico, que tem como característica a transformação das relações econômicas e sociais em mercadoria e como principal objetivo o lucro. Tais condições se desenvolveram a partir da Revolução Industrial, entre suas consequências verifica-se o aumento da pobreza em todo o mundo e a modificação do equilíbrio da natureza. Essa modificação representa perigo não só para o homem, mas para todos os seres vivos. O desequilíbrio ambiental provocado pelo desenvolvimento econômico ao longo do século XX tem levado os chefes de Estado e a sociedade civil a debater a relação do homem com a natureza.

O debate sobre a relação do homem com o meio ambiente se aprofundou a partir da década de 1960, entre os fatores que contribuíram com esse aprofundamento destaca-se o acelerado processo de industrialização ocorrido nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A competitividade entre as indústrias dos países desenvolvidos aceleraram a inovação tecnológica e a automação da produção industrial, além de a transferência de indústrias de baixa tecnologia para os países subdesenvolvidos, fato conhecido como descentralização da produção. Esse processo, além de aumentar a demanda por matéria prima e acelerar o processo de poluição em escala planetária gerou transformações profundas na sociedade e no meio ambiente, como o acelerado processo de urbanização, explosão demográfica, o aumento da desigualdade social, a busca por mercado consumidor e a escassez de matéria prima. Esses fatores contribuíram de forma direta para que intelectuais de diferentes áreas do conhecimento passassem a desenvolver teses sobre as consequências para o planeta, bem como a reunião de chefes de Estado de diferentes nações a debater o tema.

No início da década de 1970, algumas correntes de pensamento defendiam a ideia de que as principais causas da degradação ambiental eram o crescimento demográfico e a busca incessante pelo crescimento econômico: como se ver no texto a seguir:

[...] os crescimentos demográfico e econômico seriam os responsáveis pela pressão sobre os recursos naturais, sobre a oferta de alimentos e sobre a qualidade do meio ambiente. Os resultados dessas pressões seriam a exaustão dos recursos naturais, a fome e o crescimento dos efeitos deletérios da poluição sobre a qualidade ambiental. (CORAZZA, 2000, p. 6).

Os crescentes debates sobre o meio ambiente levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a convocar a primeira conferência sobre o meio ambiente, realizada em 1972

em Estocolmo na Suécia. Essa conferência que tinha como objetivo de debater as relações do homem com o meio ambiente foi marcada pelas divergências geopolíticas entre países capitalistas desenvolvidos (que defendiam o crescimento econômico controlado) e países capitalistas subdesenvolvidos (que defendiam a ideia do desenvolvimento a qualquer custo), o antagonismo ficou marcado por acusações como destaca Pinto (2013, p.362):

Os países ricos, em uma postura neomalthusiana oriunda dos relatórios do chamado Clube de Roma, acusavam os países pobres e em desenvolvimento pela futura escassez de recursos naturais que o planeta poderia vivenciar, também devido ao crescimento populacional desses. Por sua vez, os países pobres liderados pelo Brasil defendiam seu direito a crescer e se desenvolverem tal qual fizeram os países ricos por décadas, e acusavam esses pelo consumo e produção em larga escala, que necessitava de muito mais recursos da natureza.

As diferenças dos interesses geopolíticos entre os dois grupos contribuíram para o fracasso da maioria das propostas debatidas sobre o tema, no entanto essa conferência trouxe avanços como: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; a instituição do dia 05 de Junho como o dia internacional do meio ambiente, instituição da defesa do meio ambiente como objetivo da humanidade para garantir o futuro das novas gerações, recomendou a Educação Ambiental de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente e o equilíbrio ecológico como direito fundamental a qualidade de vida. Além dos acordos assinados outro ganho foi à liderança do Brasil na defesa dos interesses dos países subdesenvolvidos como destaca Pinto (2013, p.363):

Embora tenha sido feito um documento com artigos assinados pelos países participantes, os principais efeitos dessa conferência foram: a criação do embrião do que hoje é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); e além de uma inserção do Brasil como país de liderança entre os mais pobres e os em desenvolvimento.

A partir da conferência de Estocolmo os debates sobre a preservação do meio se aprofundam e se dividem em pelos três concepções antagônicas, a desenvolvimentista que defendia o desenvolvimento a qualquer custo, a preservacionista defende a proteção total de determinado ecossistema independente da importância econômica e a conservacionista que defende o uso dos recursos naturais de forma racional, gerando o mínimo de impacto possível.

A emergência de criar mecanismo para tratar de problemas ambientais, fez com que a educação ambiental recebesse atenção especial dentre os debates sobre o tema. Segundo Barbieri (2002, p.7)

A Resolução 96 da Conferência de Estocolmo recomendou a EA de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente. Para implementar essa Resolução, a UNESCO e o PNUMA realizaram o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em 1975, na qual foi aprovada a Carta de Belgrado onde encontram-se os elementos básicos para estruturar um programa de educação ambiental em diferentes níveis, nacional, regional ou local.

Os objetivos da educação ambiental presentes na Carta de Belgrado (Brasil 2002) são os seguintes:

1. Conscientização: contribuir para que indivíduos e grupos adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados com ele;
2. Conhecimento: propiciar uma compreensão básica sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades;
3. Atitudes: propiciar a aquisição de valores e motivação para induzir uma participação ativa na proteção ao meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais;
4. Habilidades: proporcionar condições para que os indivíduos e grupos sociais adquiram as habilidades necessárias a essa participação ativa;
5. Capacidade de avaliação: estimular a avaliação das providências efetivamente tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental;
6. Participação: contribuir para que os indivíduos e grupos desenvolvam o senso de responsabilidade e de urgência com respeito às questões ambientais.

Em 1977 realiza-se em Tbilisi (Geórgia - antiga URSS) a conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, de suma importância para as pretensões de quem defendia a EA como o caminho para alcançar uma sociedade em harmonia com o meio, pois foi nessa conferência que os objetivos definidos na carta de Belgrado foram ratificados e

com base neles se criou mais 41 recomendações que passaram a nortear as ações da EA em todo o mundo.

O Brasil vivia um grande desenvolvimento econômico neste período, com obras de grandes proporções como a transamazônica, usina de Itaipu, ponte Rio Niterói entre outras, essas obras geraram grandes impactos ambientais, o que provocou críticas tanto internas como externas ao governo brasileiro, a pressão de órgãos internacionais como o Banco Mundial, levou o governo brasileiro a criar em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), subordinada a o Ministério do Interior, a origem dessa secretaria está diretamente ligada às pressões e não a preocupação do governo brasileiro com o meio ambiente. Segundo Sousa (2002 s/p):

O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de Estocolmo tinha assim como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. O crescimento populacional e o saneamento básico – componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente ficaram excluídos desse modelo, constituindo, cada um, objeto de política próprias, não articuladas à questão ambiental, o que evidenciou o desenvolvimento isolado deste setor.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por grandes transformações no mundo, entre eles destacam-se o colapso do socialismo, a redemocratização de países na América Latina, e o aprofundamento do processo de globalização. No Brasil essas transformações ocorrem no campo político com a redemocratização, no campo econômico com a inserção no neoliberalismo no campo social aprofunda-se a desigualdade social e no campo ambiental, a Educação Ambiental avança e consolida-se.

Já em 1981, é promulgada a lei Nº 6938/81 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente segundo Sousa (2002, s/p) “Essa Lei estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional”.

A Lei define a política nacional de meio ambiente como um mecanismo para assegurar desenvolvimento socioeconômico, a proteção da dignidade a vida e atender os interesses da segurança nacional como descrito no art.2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Outra importância da lei é a definição dos conceitos de meio ambiente e poluição. Essa lei define meio ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Segundo essa lei “poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas”.

Essa lei marca a regulamentação da educação ambiental no Brasil, descrito inciso X do artigo 2º: “Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

No ano de 1987, surge o conceito de desenvolvimento sustentável com a conclusão dos trabalhos da Organização Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (OMMD), que teve seu início em 1983, chefiada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, com objetivo de encontrar caminhos para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza. O documento final dos trabalhos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland. Segundo esse relatório Desenvolvimento Sustentável é: “É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. A partir deste mesmo ano o Conselho Federal de Educação brasileiro, no Parecer 221/87 recomenda a inserção da educação ambiental nos currículos escolares de ensino fundamental e médio.

Em 1988, as questões ambientais foram motivo de debate no plenário do Congresso Nacional, a partir dos quais ficou garantido no artigo 225º da constituição Federal o direito de todos os brasileiros de um meio ambiente ecologicamente equilibrado segundo esse artigo:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O parágrafo 1º inciso VI deste artigo, garante a promoção da educação ambiental em todos os níveis como mecanismo para conscientizar a população para a necessidade da preservação da natureza.

O ano de 1989 foi marcado por vários fatos históricos como a queda do muro de Berlim que simbolizou o fim da guerra fria, eleições livres no Brasil e a convocação da ONU

para a segunda conferência sobre o meio ambiente com a escolha do Brasil para sediar o evento. Os dois anos que antecedem a ECO 92 (1990 e 1991) são marcados por fatos históricos que mudaram os rumos da sociedade global entre eles está à desintegração da URSS em 1991 que marcou o início de uma nova ordem mundial caracterizada por uma multipolaridade, onde o poderio econômico é o que determina a potencialidade do Estado Nação, a expansão das transnacionais, do capital, o investimento em tecnologia e a formação de blocos econômicos são as novas estratégias geopolíticas adotadas pelas principais potências, no caso os Estados Unidos, Japão e União europeia. Essas estratégias aprofundaram o processo de globalização e possibilitaram a inserção dos países subdesenvolvidos na Terceira Revolução Industrial, que culminou com o aumento do consumo e conseqüentemente da demanda por matéria prima, a emissão de uma maior quantidade de gases poluentes, poluição do solo e dos mananciais. Para Katz (1995 *apud* SILVA, 2002, p.6):

As novas tecnologias se generalizam na década de 1990 sob o impacto da internacionalização, caráter central do processo econômico recente. As mudanças tecnológicas influem diretamente na denominada globalização financeira, comercial e industrial. ... Essa integração induziu o predomínio dos fluxos internacionais de capital sobre as economias nacionais e o peso ascendente dos investimentos estrangeiros sobre os locais.

Foi nesse cenário que se realizou, de 03 a 14 de junho de 1992 no Rio Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente, conhecida como ECO-92, com objetivo de debater modelos de desenvolvimento baseado no Relatório Brundtland o qual defende a interação entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Segundo Pereira (2011, p.13):

A Rio-92 ocorreu em um cenário global mais otimista do que o da Conferência de Estocolmo. Ditaduras militares tornavam-se raras no mundo em desenvolvimento, o que favoreceu a multiplicação de movimentos e organizações cívicas dedicadas a causas ecológicas, sociais e políticas. No campo da ciência, já havia massa crítica consistente e ampla em estudos sobre o aumento na concentração de gases estufa na atmosfera, a destruição da camada de ozônio, o esgotamento dos recursos pesqueiros, a poluição atmosférica e hídrica, a desertificação, a contaminação química, o aumento exorbitante nas taxas de extinção de espécies animais e vegetais e o desmatamento de florestas e savanas.

Assim como em Estocolmo 72, as divergências de interesses geopolíticos entre países do Sul, que defendiam que o desenvolvimento sustentável só seria possível se houvesse por partados países do Norte a transferência de tecnologia e financiamento de ações que promovessem a preservação do meio ambiente. A recusa dos países do Norte travou a

assinatura de acordos que permitiam ações concretas para conter os avanços da destruição do meio ambiente. No entanto, essa conferência marcou uma nova era para as relações internacionais, além de consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável, houve a assinatura de vários acordos entre eles a agenda 21, inspirada no Relatório Brundtland, com 40 capítulos, tem sua execução monitorada pela Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) e serviu de base para a elaboração das Agendas 21 nacionais e locais. Mais de 170 nações assumiram os compromissos de construir um novo modelo de desenvolvimento que resulte em melhor qualidade de vida para a humanidade e que seja, econômica social e ambientalmente sustentável. Segundo Oliveira (2013, p. 425):

A concepção de desenvolvimento sustentável se consolidou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — 1992, como um importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais, dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos aos programas de pós-graduação de universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande mídia. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva — uma vez que se extrai da Agenda 21 o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda —, avançou a passos largos no Brasil e no mundo.

A Eco 92 deixou uma grande contribuição para o desenvolvimento da EA, uma vez que o governo brasileiro adotou ações concretas para a sua implementação. Em 1991 uma comissão interministerial considerou a educação ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. No ano seguinte, em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e em julho desse mesmo ano, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

Durante essa conferência, a prática da educação ambiental no Brasil foi discutida pela sociedade civil e pelo Governo Federal, o resultado dessas discussões foi a carta brasileira para educação ambiental, que defende o compromisso real do poder público federal, estadual e municipal, para se cumprir a legislação brasileira, visando à introdução da EA em todos os níveis de ensino e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que defende princípios e um plano de ação para educadores ambientais e ideias para captar recursos para viabilizar a prática da EA.

No ano 1995 foram apresentados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Todas as transformações ocorridas durante a década de 1990, levaram a questão ambiental a ser tratada nos parâmetros curriculares nacionais (PCNs), como um tema transversal, que deve ser abordado por todas as áreas do conhecimento:

Meio Ambiente na Escola procuram mostrar ao professor que a temática ambiental já está presente no conteúdo de sua área, não representando um assunto novo. Por outro lado, a temática ambiental inclui conteúdos que não são abordados pelas diversas áreas – e estes são explorados de diferentes formas nos PCNs e nos documentos dos Parâmetros em Ação. A intenção do programa não se restringe a formar pessoas preocupadas em conhecer seu ambiente: o que se pretende é torná-las cidadãs, sabedoras de que sua ação pessoal, e a de sua comunidade, sempre interferem no meio em que vivem.

A falta de clareza do papel da Educação Ambiental nos PCNs e na LDB levou o Governo Federal a publicar a lei 9.795/99, que é um marco jurídico para balizar as ações educativas referentes ao meio ambiente. Além de reafirmar o caráter interdisciplinar da EA defendido nos PCNs, essa Lei define a Educação ambiental como "uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal", não como disciplina específica no currículo de ensino, mas presente em todas as matérias.

Sobre a LEI 9.795/99, Santos 2000 s/p (apud ADAMS, 2012, p.2150) indica que:

A lei define juridicamente EA como “o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art.1º) e Instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (art. 6º) definindo seus objetivos fundamentais como, por exemplo, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, bem como o incentivo à participação individual e coletivas, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como o valor inseparável do exercício da cidadania (art.5º). Interessante na nova legislação é que reconheceu a EA como componente essencial e permanente da educação nacional, distinguindo juntamente com o seu caráter formal o caráter não-formal, ou seja, a educação ambiental não oficial que já vinha sendo praticada por educadores, pessoas de várias áreas de atividades e mesmo entidades, obrigando ao poder público em todas as suas esferas incentivá-la (art. 3º e 13º).

Observa-se que tanto no Brasil como no mundo as três últimas décadas do século XX foram marcadas por debates em favor do desenvolvimento sustentável grandes avanços nas questões jurídicas, no entanto a primeira década do século XXI terminou, e o desafio de combater o desmatamento, a redução da emissão de gases poluentes, e a poluição dos oceanos continua. Esses problemas têm gerado a perda irreparável de biodiversidade. Além das divergências políticas entre os grupos de países, outro fator que tem contribuído para a inércia nas medidas pro meio ambiente é a crise econômica global que teve seu início em 2008, e que contribuiu de forma direta para o fracasso da Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012.

Diante de tantos desafios a escola torna-se uma possibilidade para mudar a concepção do atual modelo de desenvolvimento econômico. Através dela pode-se promover uma geração com valores diferentes e com uma visão crítica das questões ambientais. Mas para isso é necessário que o gestor e o corpo docente estejam sensíveis a essa realidade e conscientes da importância da Educação Ambiental nesse novo contexto global, como destaca Medina 2001 (apud ADMS, 2012, p.2149):

A Educação Ambiental como processo [...] consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais deve ter como objetivos a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

A partir do ano de 2012 foi implantada nas escolas públicas do Distrito Federal a Gestão Democrática. De autoria do poder Executivo a lei 4751, de 07 de fevereiro de 2012, foi publicada no Diário Oficial em 08 de Fevereiro do mesmo ano. Essa lei foi conquistada depois de muita pressão sobre o Governo que tinha se comprometido na campanha com a categoria, no entanto não atendeu totalmente os interesses dos trabalhadores em educação. A gestão democrática da forma como foi aprovada traz um enorme desafio para ser colocada em prática, já no artigo 2º inciso. Defende que uma das finalidades dessa Lei é a participação da comunidade escolar em todo o processo de gestão. Segundo o artigo 3º da lei, a comunidade escolar é constituída por professores, alunos, pais ou responsáveis e funcionários do administrativo. No entanto, essa lei trouxe maior autonomia e garantias aos gestores e uma maior participação da comunidade nas decisões da escola. Dentre as garantias trazidas pela lei encontra-se a autonomia na construção do projeto político pedagógico da escola. Esse projeto

é de suma importância, uma vez que pode ampliar a democracia nesse espaço e garantir a inclusão de temas que interessem à comunidade onde a escola encontra-se inserida. Tendo em vista essas garantias observa-se que não é difícil inserir a educação ambiental no cotidiano da escola, daí a necessidade de despertar no gestor e na comunidade escolar a importância da Educação Ambiental. Segundo o artigo 3º dessa lei, “a comunidade escolar é constituída por professores, alunos, pais ou responsáveis e funcionários do administrativo”.

A escola pesquisada, tornou-se em 2012, em um polo de EJA (Educação de Jovens e Adultos) possibilitando assim aos alunos que se encontram em defasagem de idade e série a terminar seus estudos. Inserir a educação ambiental no projeto político pedagógico da escola pode ser um mecanismo para tornar os conteúdos menos subjetivos e promover a interdisciplinaridade, além de contribuir com a formação de indivíduos críticos e sensíveis aos desafios de preservar o meio ambiente. Para Knorst(2011, p.162):

A educação ambiental, no contexto da educação básica, possibilitará novos rumos ao meio ambiente, contanto que os professores sejam mediadores para formar alunos críticos, conscientes e responsáveis. É por meio da práxis, ou seja, ação-reflexão-ação, que poderemos chegar a uma consciência crítica, capaz de perceber os problemas ambientais e refletir sobre o que estamos fazendo para proteger o meio ambiente.

Nota-se que a Educação Ambiental está vinculada à formação da cidadania, ou seja, inserir essa prática no projeto político pedagógico da escola pode ser um caminho para garantir direitos.

O Projeto Político Pedagógico é um documento produzido pela comunidade escolar, tem como finalidade nortear o trabalho pedagógico, administrativo e financeiro da escola, com a finalidade de apontar caminhos para os problemas diagnosticados, deve conter estratégias para vencer desafios, como garantir o acesso, a permanência e a qualidade.

Silva (2003) define Projeto Político Pedagógico como:

Um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois polos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários,

princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola (SILVA, 2003, p. 296).

A inserção do Brasil na Terceira Revolução Industrial nos anos 1990, como consumidor de tecnologia, provocou abertura da nossa economia para as multinacionais, através principalmente das privatizações, fato que provoca uma descentralização das indústrias que chegam as regiões até então esquecidas como nordeste, Norte e Centro Oeste, essas transformações levaram a necessidade de unificar o currículo nacional, proporcionando um debate mais profundo sobre as bases da educação no Brasil que se concretizou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, com a função de organizar a estrutura da educação brasileira, essa para muitos críticos a mais completa legislação em favor da educação já redigida. Na referida lei, o Projeto Político Pedagógico é citado como “proposta pedagógica” e “projeto pedagógico da escola”, nos artigos 12, 13 e 14, como se pode ver a seguir:

“Artigo 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I) elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Artigo 13 - Os docentes incumbir-se-ão de:

I) participar da elaboração da proposta pedagógica;

Essa Lei deixa explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre a intencionalidade educativa, o aporte legal garantido nela permite que o gestor tenha autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, uma vez que embora as escolas se baseiem em normas gerais da educação, a realidade da região onde cada instituição está inserida é diferente e exige ações específicas para vencer os desafios. Segundo Libâneo (2001, p.125), o projeto pedagógico “deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola”, tendo em conta as características do instituído e do instituinte.

O projeto Político pedagógico abre caminho para uma maior articulação entre o gestor e a comunidade escolar para debater a realidade socioeconômica, política e ambiental da região a qual a escola está localizada. Inserir a Educação Ambiental na construção desse

projeto além de oportunizar a comunidade escolar refletir nos problemas ambientais da localidade é o caminho para alcançar os objetivos fundamentais descritos no artigo 5º incisos I e IV, da Lei nº 9.795/99:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

2. Metodologia:

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de Taguatinga. A partir de 2012 essa instituição passou a atender apenas a Educação de Jovens e Adultos nos três turnos, pois a escola tornou-se um polo da EJA (Educação de Jovens e Adultos). No turno matutino e vespertino, a concentração maior é de alunos mais jovens. Os alunos do turno noturno são em sua maioria adultos.

A escola se localiza no centro da região administrativa de Taguatinga, no entanto, a clientela principal do turno noturno constitui-se de alunos que residem em localidades distantes da escola, como por exemplo: Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia, Santa Maria, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás, e, em sua minoria, por alunos que moram em suas adjacências.

O espaço físico da escola conta com 20 (vinte) salas de aulas e algumas salas de múltiplas funções (Laboratório de física, Sala de Artes Cênicas, Laboratório de informática, Sala de educação física, Laboratório de Ciências, Sala de Recursos Generalista/Específica “DA”). A infra-estrutura oferecida pela escola pode permitir a prática da educação ambiental.

Por incompatibilidade de horário e outros desafios encontrados, a estratégia adotada foi trabalhar com o professor, uma vez que este é o elo entre o gestor, aluno e pais. Outro fator que facilitou a coleta de dados foi o fato de na escola ocorrer às coordenações por área de conhecimento.

Para analisar como a temática da Educação Ambiental está inserida no projeto político pedagógico da escola foi realizada uma pesquisa exploratória que segundo Gil (2008, p.27), “Objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema (fenômeno a ser investigado), com vista a torná-lo mais explícito”.

A metodologia utilizada para a coleta de dados desse trabalho e a forma como estes foram analisados, foi baseado na pesquisa qualitativa. Para Chizzotti (1995, p. 79),

Tal abordagem parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador-pesquisador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos,

atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Após o levantamento participou-se das coordenações pedagógicas das ciências exatas, das humanas e linguagens onde foram explicados os objetivos desta pesquisa. A proposta da pesquisa foi apresentada à direção da escola que autorizou a sua realização durante as coordenações. Por incompatibilidade de horário, optou-se por fazer a coleta de dados por meio de questionário semi-estruturado, o qual foi entregue aos professores nas coordenações, em anexo enviei um texto explicativo onde justifiquei a importância da pesquisa.

A definição de questionário apresentado por Lakatos (2003, p.201) é tida como:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

O questionário foi composto por duas partes: Na primeira, com questões com objetivo de verificar a concepção de educação ambiental do professor pesquisado, e na segunda, com questões com o objetivo de levantar dados, sobre a importância de inserir a educação ambiental no projeto político pedagógico da escola.

Dos trinta questionários distribuídos, onze foram devolvidos. Todos os professores entrevistados têm mais de quinze anos de conclusão da graduação e mais de dez anos que lecionam na rede pública, todos têm licenciatura plena na área de atuação.

Além da aplicação questionário foi realizada uma leitura do Projeto Político Pedagógico da escola onde ficou constatado que o projeto não contempla a educação ambiental.

3. ANÁLISE DOS DADOS

As análises dos dados foram feitas a partir da pesquisa bibliográfica das respostas do questionário, da consulta do projeto político pedagógico da escola.

Tabela 1

Área de Conhecimento	Concepção sobre Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável	Professores
Humanas	O tema não foi abordado no período da graduação da maioria. É o estudo do meio ambiente. É o equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Nenhuma.	6
Exatas	O tema não foi abordado no período da graduação. É o estudo dos elementos físicos e biológicos do meio ambiente. É o estudo da relação do homem com o meio ambiente. Nenhuma.	2
Linguagens	O tema não foi abordado no período da graduação. É a disciplina que estuda o meio ambiente. É desenvolver sem agredir o meio ambiente. Nada.	3

Através da observação dos dados da tabela 1 foi possível constatar que embora exista uma preocupação com as questões ambientais, a maioria dos entrevistados tem conhecimento do tema apenas pelo senso comum. A falta de aprofundamento no conhecimento da importância da Educação Ambiental pode contribuir para o fracasso na conscientização do educando. Os PCN sugerem:

O professor deve, sempre que possível, possibilitar a aplicação dos conhecimentos à realidade local, para que o aluno se sinta potente, com uma contribuição a dar, por pequena que seja, para que possa exercer sua cidadania desde cedo. E, a partir daí, perceber como mesmo os pequenos gestos podem ultrapassar limites temporais e espaciais; como, às vezes, um simples comportamento ou um fato local pode se multiplicar ou se estender até atingir dimensões universais. Ou, ainda, como situações muito distantes podem afetar seu cotidiano. (BRASIL, 1997, p. 55).

Outro dado importante encontrado nessa tabela foi à falta de abordagem do tema no período da graduação na maioria dos entrevistados, o que pode explicar o conhecimento superficial do tema.

A falta de abordagem da educação ambiental no curso de licenciatura além de comprometer a sua prática na escola, que é à base do processo de construção de uma sociedade, onde o professor é um dos protagonistas, fere a Lei 97595/99 que diz:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A Capacitação do professor além de ser um passo importante para implantação da educação ambiental na escola é um caminho para conscientizar esse profissional da sua importância na construção de uma nova concepção de meio ambiente e pode desenvolver o seu compromisso com o futuro, do Planeta.

Tabela 2

Área de Conhecimento	A inclusão da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico.	Professores
Humanas	4sim 2não	6
Exatas	2não	2
Linguagens	1sim 2não	3

A tabela 2 revela um dado importante, é que a maioria dos entrevistados respondeu que não considera importante a inserção da Educação Ambiental no Projeto político Pedagógico da escola, isso pode apontar para uma possível falta de maior compreensão do tema. O que se reflete em sala de aula como apontam os dados da tabela 4, onde a maioria dos entrevistados não inclui a Educação ambiental no seu plano de aula.

Silva (2003) define Projeto Político Pedagógico como:

Um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois polos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade

acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola (SILVA, 2003, p. 296).

Um dos pilares para a construção do projeto político pedagógico são os professores, pois cabe a estes aplicar conhecimento e despertar no educando a visão crítica de mundo na sociedade em que este está inserido.

É necessário que o professor esteja sensível para a importância da educação ambiental na construção de novos valores que possibilitem a convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta. E que trabalhe junto ao gestor e a comunidade escolar na construção de um Projeto Político Pedagógico que centralize essa prática na instituição.

Para Loureiro (2006, p. 39).

A atribuição central da Educação Ambiental é fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam discutidas, compreendidas, problematizadas e incorporadas em todo tecido social e suas manifestações simbólicas e materiais, em um processo integral e integrador e sem imposição de uma única concepção hegemonicamente vista como verdadeira.

Tabela 3

Área de Conhecimento	A prática da interdisciplinaridade na escola	Professores
Humanas	6 não	6
Exatas	2 não	2
Linguagens	3 não	3

Um dado importante revelado na tabela 3, é que todos os entrevistados não consideram a possibilidade da interdisciplinaridade na escola. O que dificulta a prática da educação ambiental nessa instituição de uma forma mais globalizada, uma vez que a interdisciplinaridade funciona como um eixo integrador das diferentes áreas do conhecimento. Para LUCK (2003, pág. 64)

Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores num trabalho em conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si com a realidade, de modo a superar a fragmentação

do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, afim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de um mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual.

O despertar do professor para a importância da prática da Educação Ambiental na escola, pode contribuir com a ruptura da tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento, possibilitando a superação da prática de ensino tradicionalista.

Para REIGOTA, (2001, p. 25).

A Educação Ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem enfocar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades.

Tabela 4

Área de Conhecimento	Inclusão da Educação Ambiental nas Aulas	Professores
Humanas	Sim 3 Não 3	6
Exatas	Não	2
Linguagens	1 Sim 2 Não	3

O espaço da escola apresenta condições adequadas para a prática de educação ambiental. No entanto, de acordo com os dados acima, observa-se que por alguma razão a maioria dos educadores não inclui Educação Ambiental em seus conteúdos programáticos. Dessa forma, a escola perde a oportunidade de formar indivíduos com uma visão crítica dos problemas ambientais a nível global e local e com isso acaba deixando de cumprir a sua função. Para Tozoni-Reis (2008, p.47) “A educação escolar tem como principal função promover a consciência do educando para a compreensão e a transformação da realidade”. Isso significa afirmar que a educação tem como função preparar o educando para a construção de uma nova realidade. Toillier(1993, p. 01)diz:

Salvar o planeta terra é nossa prioridade máxima o papel dos educadores. É ajudar as pessoas a passar da conscientização para a ação. A transformação da ação é a transformação de nós próprios. O educador é um mediador de conflitos, decisões e ações, aproximando e propiciando a relação entre escola e comunidade. De um lado está a lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (9394/96) que consolida e amplia o poder público com a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, o qual deve iniciar na escola, em condições de aprendizagem.

Tabela 5

Área de Conhecimento	Uso de Material Didático	Professores
Humanas	Não 6	6
Exatas	Não 2	2
Linguagens	Não 3	3

Os dados da tabela 5 revelam que os professores não usam material didático específico para educação ambiental. Embora a escola disponibilize uma videoteca com vários títulos de vídeos referentes ao tema, como documentários e reportagens, disponibiliza também revistas na sala de coordenação, de onde podem ser extraídos textos referentes ao tema, além de apresentar um espaço físico que contribui para o desenvolvimento de atividades que despertem no educando o interesse pelas questões ambientais.

Tabela 6

Área de Conhecimento	Necessidade de informativo	Professores
Humanas	Não 6	6
Exatas	Não 2	2
Linguagens	Não 3	3

Os dados da tabela 6 revelam que a maioria dos professores não sente a necessidade de algum material de apoio para a prática de educação ambiental em suas aulas. Tal comportamento se mostra coerente com os dados das outras tabelas. Isso pode apontar para uma possível falta de interesse dos professores com a Educação ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país com dimensões continentais atravessado pela linha do Equador e Trópico de Capricórnio o que lhe garante uma variedade de climas, de paisagens e consequentemente uma variedade de ecossistemas, o nosso litoral é um dos mais extensos do planeta, o que nos garante uma diversidade de vida, além disso, a nossa estrutura geológica é constituída por escudos cristalinos e bacias sedimentares antigas e recentes, o que nos garante uma diversidade de riqueza mineral, no entanto ainda temos uma grande parcela da população brasileira sem o direito de usufruir de toda essa riqueza, que vem sendo explorada de forma inadequada e garantido o bem estar de poucos.

Para mudar essa realidade existe a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social nas cinco regiões do país, onde todos os brasileiros tenham o direito de usufruir das riquezas produzidas no seu território. No entanto, esse desenvolvimento tem que considerar a finitude dos recursos naturais, ou seja, existe a necessidade promover um desenvolvimento sustentável uma vez que a sustentabilidade econômica abre diversas possibilidades de emprego e renda dentro de todos os setores da economia.

A busca por sustentabilidade econômica está diretamente ligada ao futuro das próximas gerações e da nação. Promover esse desenvolvimento além de gerar mudanças positivas na vida de cada cidadão e garantir um futuro promissor, pode também garantir a sobrevivência de vários ecossistemas ameaçados na atualidade.

Nesse contexto, o papel da educação torna-se central uma vez que para as mudanças acontecerem existe a necessidade de sair do discurso e partir para a ação o que requer cidadãos bem formados e informados. Daí a importância de inserir a educação ambiental no cotidiano da escola como mecanismo de enfrentar os desafios da degradação gerada pelo o atual modelo econômico e ao mesmo tempo apontar um caminho para alcançar a sustentabilidade.

A elaboração do presente trabalho me levou a perceber a importância do gestor na construção de uma escola pública de qualidade, que contribua para formação de indivíduos com o poder de usufruir de forma plena seus direitos e cumprir com os seus deveres. A partir do aprofundamento do conhecimento do conceito de Educação Ambiental, percebe-se que a sua inserção no cotidiano da escola pode ser o caminho para garantir esses direitos, além de

propiciar uma visão crítica não só dos problemas ambientais, mas também socioeconômicos do educando. Pude observar também a importância do PPP para a concretização de objetivos. Uma vez que a elaboração desse documento deve envolver, gestores, professores, pais e alunos e auxiliares da educação, a participação e compromisso de todos os agentes na elaboração desse documento pode definir o futuro da escola.

O trabalho de coleta de dados possibilitou observar como a inserção da Educação Ambiental no Projeto Político pedagógico é visto pelo professor. Tomando como base os objetivos, pode-se constatar que:

O tema não é de muita relevância para os professores entrevistados, e a maioria tem um conhecimento superficial do tema;

A maioria dos entrevistados não usa material didático nas suas aulas, o que demonstra a falta de interesse com o tema, além de não se interessarem em literaturas que abordem o tema;

Existe a necessidade de propiciar debates e palestras na escola com objetivo de aprofundar o conhecimento dos professores sobre Educação Ambiental e sua importância, uma vez que a participação do professor é fundamental para essa prática na escola.

O direito a educação vai além de aprender a exercer uma função no mercado de trabalho, é através desse direito que o indivíduo desenvolve habilidades plenas para viver em sociedade, ou seja, exercer de forma plena, direitos e deveres.

Nesse contexto a Educação Ambiental adquire um sentido estratégico, uma vez que a preservação dos recursos naturais é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações brasileiras, ou seja, o direito ao meio ambiente é um direito humano fundamental.

Para que Educação Ambiental venha fazer parte do projeto político pedagógico e ser uma prática na escola se faz necessário uma maior cumplicidade de objetivos entre professores e gestores. Cabe ao gestor criar mecanismos para sensibilizar o docente da importância do tema para ajudar na construção de uma sociedade com o mínimo de desigualdade social possível, fraterna e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente/saúde. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 de Abr. 2014.

CORAZZA, R. I (2000) Do debate científico à política pública: *Revista de Ciência e Tecnologia*, 8(16): 107-118.

CURY, C. R. J. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro, 1995.

Adams, v(10), nº 10, p. 2148 – 2157 OUT-DEZ 2012. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas 2003.

LÜCK, Heloísa. Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA. L. D: Da Eco-92 à Rio +20: uma breve avaliação de duas décadas. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012

OUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO. H.G. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.361-373, 2013.

Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente- Mai.-Nº24, Vol. VI, 2002.

PRONEA. Programa Nacional de Educação Ambiental. Secretaria do Meio Ambiente. 2003

REIGOTA, Marcos. A Educação Ambiental Frente Aos Desafios Contemporâneos. Educ. Pesqui. vol.36 no.2 São Paulo May/Aug. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 16 de jun. 2014.

TOZONI-REIS, M. F.C. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro, ano XVIII, boletim 01, mar. 2008. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series>. Acesso em: 10 JUN. 2014.

TREIN. E. Educação Ambiental no Brasil. Salto para o futuro, ano XVIII, boletim 01, mar.2008. Disponível em:<<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em: 10 JUN. 2014.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília.

Apêndice

Durante sua formação acadêmica o tema Educação Ambiental foi abordado?

() SIM () NÃO

O que você entende por Educação Ambiental?

O que você entende por desenvolvimento sustentável? E que relevância o tema tem nas suas aulas?

Você acredita que a educação ambiental pode contribuir com a melhoria do ensino?

() SIM () NÃO

Você acha importante inserir educação ambiental no projeto político pedagógico?

() SIM () NÃO

Você acredita ser possível a pratica da interdisciplinaridade na escola a partir da inserção da educação ambiental no projeto político pedagógico?

() SIM () NÃO

Verificar o trabalho dos professores com Educação Ambiental e quais materiais didáticos utilizam para abordá-la em suas aulas.

Você trabalha a Educação Ambiental em suas aulas?

() SIM () NÃO

Há algum material didático específico para Educação Ambiental na sua escola?

() SIM

() NÃO

Caso resposta afirmativa Qual?

Você sente a necessidade de algum informativo ou material de apoio para abordar Educação Ambiental nas aulas?

() SIM

() NÃO

Caso resposta afirmativa Qual?
